



Nosso Território Nossa Vida

Projeto de vida
do movimento
indígena para
o Brasil.



Esta publicação apresenta a sistematização do projeto de país e projeto de vida **Nosso território, nossa vida**, construído a partir das reflexões, escutas e debates do movimento indígena.

Esta publicação nasce como ponto de partida para ampliar o diálogo com povos, organizações, movimentos populares, candidaturas, mandatos e redes aliadas. Seus eixos abrem uma direção política comum: reconstruir o Brasil a partir dos territórios, da autodeterminação dos povos, da democracia real, da memória, dos conhecimentos ancestrais e da economia da vida.

Este material segue em construção coletiva, aberto à escuta, ao debate e ao aprofundamento nos territórios e nas lutas.

REALIZAÇÃO:

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)

A APIB é uma instância de coordenação e referência nacional do movimento indígena no Brasil. Sua atuação busca promover e defender os direitos indígenas a partir da articulação entre povos e organizações indígenas das diferentes regiões do país.

Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME)

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste (ARPINSUDESTE)

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPINSUL)

Comissão Guarani Yvyrupa (CGY)

Conselho do Povo Terena

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)

Grande Assembleia do Povo Guarani e Kaiowá (ATY GUASU)

Brasília — DF

Site: apiboficial.org

Contato: apib.se@apiboficial.org

Comunicação: comunicacao@apiboficial.org

Projeto: Nosso território, nossa vida

Publicação: 2026



Nosso Território Nossa Vida

Sumário

Manifesto	07
Sempre estivemos aqui	09
Nosso projeto de vida	13
Nossos caminhos para o país que queremos	17
Eixo 1 Território soberano é onde a vida começa	17
Eixo 2 Conhecimento que mantém o mundo vivo	18
Eixo 3 Democracia com os povos no poder	20
Eixo 4 Participar para decidir nosso futuro	21
Eixo 5 A vida acima do lucro	23
Eixo 6 Aliança para transformar o Brasil	24
Compromissos urgentes para um Brasil soberano, democrático e com terra indígena demarcada e protegida	27
Compromissos estruturantes	28
Reivindicações ao Poder Executivo	30
1. Demarcação e proteção integral dos territórios	30
2. Consulta, participação e autodeterminação	31
3. Estrutura de Estado, orçamento e governança permanente	32
4. Vida, segurança e bem viver nos territórios	35
5. Clima, transição ecológica e vedação à espoliação	36
6. Memória, reparação e futuro dos povos	37
Reivindicações ao Poder Legislativo	38
Reivindicações ao Poder Judiciário	41
Nossa união e reconstrução	45







Manifesto

O Brasil perdeu o rumo quando deixou de escutar seus territórios.
Fez da terra uma cerca.
Fez do poder uma casa para poucos.

Chamou de desenvolvimento tudo aquilo que avançava deixando vidas para trás.

Nós conhecemos outro caminho.
Nossa memória guarda a experiência de povos que atravessaram séculos sem entregar sua existência.

Nossos territórios ensinam que a vida nasce dos vínculos que construímos. Permanecer como povo exige responsabilidade com o chão que guarda nossa história. Também envolve compromisso com quem ainda vai chegar. É assim que a vida atravessa gerações e mantém aberto o caminho do futuro.

É desse chão que brota 'Nosso Território, Nossa Vida'.
Nosso Projeto de País propõe a união do movimento indígena com as forças políticas do campo popular para reconstruir o Brasil desde os territórios e a partir de quem sustenta a vida neste país.

Essa reconstrução exige mudar o centro das decisões e assumir responsabilidade pelo futuro coletivo. Exige também um poder indígena com presença real e organização própria. Um poder capaz de conduzir os próximos passos.

O Brasil precisa voltar para o lugar onde seu futuro começa >>> **NOS TERRITÓRIOS.**

Chamamos os povos do Brasil, indígenas e não indígenas, que vivem nos campos, nas cidades, nas florestas, nos quilombos e nos maretórios a se unir a essa luta e fazer parte dessa construção.

ASSINE E FORTALEÇA ESSA LUTA COM SUA ADESÃO
nossoterritorionossavida.org



Nosso Território, Nossa Vida!
Brasília, 5 de agosto de 2026

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)
Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME)
Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste (ARPINSUDESTE)
Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPINSUL)
Comissão Guarani Yvyrupa (CGY)
Conselho do Povo Terena
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)
Grande Assembleia do Povo Guarani e Kaiowá (ATY GUASU)





Sempre estivemos aqui

Nós, os povos indígenas, sempre estivemos aqui.

Nossa existência antecede a colonização e a formação do Estado brasileiro. Antes das fronteiras e das instituições do país, nossos povos já cuidavam dos territórios e das águas. Mantínhamos vivos os biomas e construíamos formas próprias de organização.

Com a colonização, vieram a invasão dos nossos territórios e a violência segue sendo o conflito mais antigo do Brasil até hoje. O projeto colonial tentou apagar nossas línguas e culturas. Também perseguiu nossas espiritualidades e formas de governo. O país se ergueu sobre nossas terras e bens comuns, usando nossos conhecimentos e nossa força.

O Império afastou os povos indígenas da vida política. A República preservou o racismo e a concentração da terra. A ditadura avançou sobre aldeias e florestas em nome da exploração. A redemocratização abriu caminhos, mas deixou pendentes a reparação histórica e a demarcação das Terras Indígenas.

Essa história também foi atravessada pela resistência popular. Palmares construiu uma experiência de liberdade diante do sistema escravista. A Cabanagem reuniu povos indígenas e população negra, com forte presença popular na Amazônia. Canudos mostrou a força de comunidades sertanejas que enfrentaram a concentração da terra. Essas experiências defendiam o território e formas coletivas de vida.

Essa memória se conecta às lutas latino-americanas por terra e democracia. Hoje, a extrema direita atualiza antigos projetos de dominação ao transformar direitos em obstáculos e territórios em áreas disponíveis para exploração. A disputa brasileira de 2026 faz parte desse cenário continental.

Atravessamos essas etapas da história. Resistimos a cada uma delas. E seguimos aqui. Nossos territórios e línguas continuam vivos. Nossas culturas e conhecimentos são fundamentos da vida no Brasil.

Vivemos um momento em que os ataques aos povos indígenas revelam um projeto de país baseado na concentração da terra, na captura da política por interesses econômicos e na destruição dos territórios. Essa ofensiva aparece em leis, decisões judiciais e projetos econômicos. Também se manifesta no avanço do garimpo, da mineração, das



grandes obras, das falsas soluções climáticas e de discursos que apresentam a exploração como caminho para o desenvolvimento.

Tal lógica ameaça os povos indígenas e compromete o futuro do Brasil. Cada território destruído enfraquece as águas, as florestas, os alimentos, as culturas e as condições que sustentam a vida.

Ao mesmo tempo, os povos indígenas ampliaram sua presença na política, fortaleceram suas organizações e ocuparam novos espaços de decisão. Esse caminho mostrou a importância da incidência institucional e reafirmou que ela precisa caminhar junto com a organização dos territórios e das comunidades.

É nesse cenário que apresentamos nossa resposta.







Nosso projeto de vida

Nosso Território, Nossa Vida responde ao tempo que vivemos. Ele reúne o acúmulo das lutas conduzidas pelo movimento indígena diante das ameaças aos direitos dos povos e fortalece uma estratégia comum de atuação. A mobilização nos territórios, a incidência política junto ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo, a atuação jurídica em defesa dos direitos constitucionais e a construção de alianças populares passam a integrar uma mesma direção política.

Mais do que enfrentar cada ameaça de forma isolada, afirmamos que elas fazem parte de uma disputa sobre o futuro do Brasil. Por isso, apresentamos um projeto capaz de orientar a ação coletiva e fortalecer a organização dos povos para além das eleições.

Quando dizemos “Nosso Território, Nossa Vida”, afirmamos que território é onde a vida acontece. É o lugar da memória, do cuidado e da continuidade dos povos. É onde cada comunidade produz alimento, compartilha conhecimentos, fortalece sua espiritualidade e constrói seu futuro.

Para nós, a casa existe dentro de um território vivo, compartilhado e protegido. É esse território que garante a continuidade dos povos e ajuda a preservar as águas, as florestas e os diferentes biomas que sustentam a vida.

Essa escolha também expressa nosso compromisso com o campo democrático. Desde o Acampamento Terra Livre de 2026, o movimento indígena declarou apoio à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva como parte da construção de uma frente capaz de impedir o avanço da extrema direita. Esse apoio não é cego. Preserva nossa autonomia política e fortalece nossa capacidade de cobrar compromissos e defender a demarcação das Terras Indígenas como as bases para disputar os rumos das políticas públicas.



Nosso projeto brota dos territórios indígenas e se encontra com as lutas quilombolas, com os movimentos de reforma agrária, com os trabalhadores do campo e da cidade, com as periferias e com todas as organizações populares que enfrentam a concentração da terra, do poder e da riqueza. Essa aliança amplia a capacidade de transformar o país e reconhece que diferentes lutas compartilham o mesmo horizonte de justiça e democracia.

Nossa proposta se organiza em seis eixos. Ela apresenta uma visão de país construída a partir dos territórios, fortalecem a democracia com participação popular, defendem uma economia comprometida com a vida e convocam uma ampla aliança entre povos e movimentos para construir um novo ciclo de prosperidade para o país.

Este projeto seguirá em construção nos territórios, nas organizações e nas alianças que ajudam a transformar o Brasil.





Nossos caminhos para o país que queremos

EIXO 1 | TERRITÓRIO SOBERANO É ONDE A VIDA COMEÇA

O território é o ponto de partida de qualquer projeto de vida. É nele que os povos organizam sua existência e exercem sua autonomia. Essa visão enfrenta o modelo que trata a terra como mercadoria e abre áreas ao sacrifício econômico.

Território reúne corpo e memória. Abriga rios e florestas. Sustenta alimento e espiritualidade. Guarda a língua de cada povo e os caminhos que ligam as gerações. É onde a vida se organiza e os povos constroem seu futuro.

A soberania que afirmamos não é a liberdade de destruir. É a responsabilidade de proteger. Autodeterminação é o direito dos povos de decidir os rumos da vida coletiva. Esse direito permite estabelecer limites à mineração e ao garimpo. Também alcança o agronegócio predatório e as grandes obras. Projetos ligados ao mercado de carbono precisam respeitar a decisão coletiva dos povos.

COMO CAMINHO DE TRANSFORMAÇÃO, CONVOCAMOS:

- Fazer da demarcação e da proteção dos territórios indígenas uma escolha de futuro para o país. A mesma responsabilidade deve alcançar os territórios quilombolas e tradicionais.
- Enfrentar toda decisão tomada sem os povos, contra os povos ou acima dos povos.
- Fortalecer a gestão territorial conduzida pelos povos e assegurar recursos para sua continuidade.
- Assegurar consulta livre, prévia e informada diante de decisões que afetem os territórios.
- Impedir remoções forçadas e formas de exploração impostas aos povos.
- Reconhecer rios e florestas como parte da vida. O mesmo princípio orienta a relação com animais.
- Colocar a proteção territorial na base da justiça climática e da soberania alimentar.

Nossos caminhos para o país que queremos

EIXO 2 | CONHECIMENTO QUE MANTÉM O MUNDO VIVO

Os saberes dos povos orientam a cura e o plantio. Também formam modos próprios de educar e governar. Reconhecer esses conhecimentos enfrenta a ordem colonial e afirma o futuro presente nas tecnologias ancestrais.

O Brasil foi construído sob o apagamento indígena e negro. Povos quilombolas e comunidades tradicionais também tiveram suas histórias invisibilizadas. Esse apagamento funcionou como método de dominação. Histórias foram tratadas como passado e culturas foram reduzidas a folclore. Espiritualidades e conhecimentos foram colocados em posição inferior.

Nós afirmamos outra leitura. Nossas línguas e medicinas são conhecimentos vivos. As tecnologias ancestrais e as formas próprias de educação ajudam a reorganizar o presente. Esses saberes oferecem caminhos diante das crises atuais e orientam a construção do futuro.

COMO CAMINHO DE TRANSFORMAÇÃO, CONVOCAMOS:

- Recontar a história do Brasil a partir dos povos que foram silenciados, escravizados, expulsos, tutelados e invisibilizados.
- Reconhecer os povos indígenas como construtores originários do país. Essa história também foi construída pelos povos quilombolas. As comunidades tradicionais e os povos do campo fazem parte dessa construção, assim como as periferias.
- Valorizar as línguas e as medicinas dos povos. Fortalecer as tecnologias ancestrais e os conhecimentos tradicionais.
- Enfrentar o racismo que trata saberes indígenas, negros, populares e tradicionais como atrasados, inferiores ou não científicos.
- Fazer das escolas e universidades espaços de valorização desses saberes. O mesmo compromisso deve orientar os sistemas de saúde e as políticas culturais.
- Proteger os conhecimentos tradicionais contra a apropriação indevida. Qualquer uso deve seguir protocolos coletivos e contar com o consentimento dos povos.



Nossos caminhos para o país que queremos

EIXO 3 | DEMOCRACIA COM OS POVOS NO PODER

A democracia ganha sentido quando expressa a diversidade do povo e amplia sua presença nas decisões. O projeto que apresentamos desloca o poder concentrado e fortalece a política como construção coletiva enraizada nos territórios.

A democracia brasileira promete igualdade política, enquanto mantém o poder concentrado nas mãos de poucos. Em muitos espaços de decisão, pesam mais os interesses das bancadas do boi e da bala, da Bíblia e dos bancos, das bets e das grandes corporações de tecnologia (Big Techs). Esse poder organizado ocupa um espaço muito maior do que a diversidade real do povo brasileiro.

Povos indígenas e quilombolas seguem com presença reduzida. A mesma exclusão atinge a população negra e as mulheres. Juventudes e trabalhadores também encontram barreiras para ocupar esses espaços. Periferias e comunidades tradicionais permanecem afastadas das decisões, assim como os movimentos de luta pela terra.

A representatividade ganha força quando faz parte de uma construção coletiva. Um mandato carrega responsabilidades com os territórios e responde às organizações que sustentam a luta. A presença institucional precisa caminhar ligada às assembleias e às decisões das comunidades.

COMO CAMINHO DE TRANSFORMAÇÃO, CONVOCAMOS:

- Ampliar a presença dos povos indígenas nos espaços de decisão e fortalecer seu poder de definir os rumos do país.
- Levar essa presença ao Congresso e aos governos, com atuação também no sistema de justiça. Fortalecer a participação indígena nos conselhos e nas conferências, assim como nos órgãos de controle social.
- Construir uma democracia que amplie a representação dos povos quilombolas e das comunidades tradicionais. Essa construção deve incluir a população negra e as periferias.
- Fortalecer a presença das mulheres e das juventudes nos espaços de poder, junto aos trabalhadores e movimentos populares.
- Romper com a política tratada como carreira pessoal ou herança familiar. Enfrentar sua captura por grupos econômicos e fazer dos mandatos instrumentos de construção coletiva.
- Vincular os mandatos às assembleias e aos territórios. As organizações de base devem participar da definição dos rumos políticos e acompanhar sua atuação por meio de consultas e prestação de contas.
- Preservar a autonomia dos povos nos partidos e nas relações com os governos.
- Criar práticas permanentes de consulta e prestação
- Fortalecer formas de participação e poder popular que sigam ativas para além das estruturas partidárias.

Nossos caminhos para o país que queremos

EIXO 4 | PARTICIPAR PARA DECIDIR NOSSO FUTURO

A participação política precisa fazer parte da vida cotidiana. Decidir sobre a vida comum deve ser uma prática acessível aos povos e às comunidades. Isso exige condições para acompanhar as políticas públicas e influenciar seus rumos.

As decisões políticas definem o orçamento e o uso da terra. Também afetam a escola e a saúde. Moradia e transporte dependem dessas escolhas. A falta de tempo e acesso afasta grande parte da população dos espaços institucionais. Barreiras de linguagem e formação ampliam essa distância.

Os povos indígenas praticam a participação política dentro das comunidades desde cedo. Crianças e jovens fazem parte da vida coletiva. Adultos e anciões também assumem responsabilidades. A política vive na assembleia e no conselho. Também ganha corpo na palavra dos mais velhos e na formação das novas gerações.

COMO CAMINHO DE TRANSFORMAÇÃO, CONVOCAMOS:

- Reorganizar a vida pública para que a participação seja compatível com o tempo e as condições das pessoas.
- Ampliar o acesso ao transporte e à internet para fortalecer a presença popular nas decisões.
- Ocupar conselhos e conferências. Participar de audiências e dos processos de planejamento, fortalecendo o controle social sobre as decisões públicas.
- Formar sujeitos políticos nos territórios e nas escolas. Essa formação deve alcançar os locais de trabalho e as organizações populares.
- Tornar a linguagem institucional acessível e assegurar tradução para os povos.
- Enfrentar o racismo institucional e ampliar o acesso digital, considerando as distâncias dos territórios.
- Incluir crianças e jovens na construção política. Adultos e anciões também devem ter sua participação reconhecida.
- Fazer da participação uma prática cotidiana de acompanhamento e decisão. A mobilização e a fiscalização dão continuidade a esse processo.



Nossos caminhos para o país que queremos

EIXO 5 | A VIDA ACIMA DO LUCRO

A economia não pode continuar organizada contra a vida. O modelo econômico dominante coloca o lucro acima dos territórios e das pessoas. O projeto que surge dos povos propõe outra direção, baseada em produzir e trocar preservando as condições que sustentam a vida. Cuidar e viver fazem parte dessa mesma escolha.

A economia da destruição transforma terra e água em mercadoria. Faz o mesmo com a floresta e o trabalho. Corpos e conhecimentos também entram nessa lógica. Esse modelo entrega expulsão e contaminação. Produz fome e desigualdade. Amplia o adoecimento e a crise climática. Trata-se de uma escolha política que pode ser superada.

A economia da vida nasce do cuidado e da reciprocidade. Ela se fortalece por meio da reforma agrária e da agroecologia. Reconhece as economias indígenas e quilombolas. Também valoriza iniciativas solidárias e comunitárias. Sua base está na relação entre os povos e os territórios que sustentam sua existência.

COMO CAMINHO DE TRANSFORMAÇÃO, CONVOCAMOS:

Superar o modelo que transforma territórios vivos em áreas de exploração ou ativos para compensação e especulação.

Enfrentar a mineração e o garimpo. Conter o agronegócio predatório e as grandes obras destrutivas. As falsas soluções verdes também precisam ser enfrentadas quando mantêm a exploração sob outra linguagem.

Direcionar investimentos e políticas públicas para economias ligadas ao território e ao cuidado. A reciprocidade e a organização coletiva devem orientar esse caminho.

Fortalecer as economias indígenas como parte central desse projeto.

Ampliar também as economias quilombolas e comunitárias. A agroecologia e a produção camponesa se somam às iniciativas ligadas à sociobiodiversidade.

Reconhecer a reforma agrária popular e a luta pela terra como bases de um país comprometido com a vida. Esse compromisso inclui os sistemas alimentares tradicionais e a produção de alimentos saudáveis, com soberania alimentar e cuidado com os bens comuns.

Avaliar o desenvolvimento pela vida digna e pela proteção dos territórios. A autonomia dos povos deve orientar essa medida, junto com a redistribuição da riqueza.

O equilíbrio ecológico e o bem viver completam essa direção.

Nossos caminhos para o país que queremos

EIXO 6 | ALIANÇA PARA TRANSFORMAR O BRASIL

Transformar o país exige união e organização entre as lutas. Este projeto convoca povos e movimentos a construir uma força comum. Essa força enfrenta a concentração da terra e do poder. Também enfrenta a riqueza acumulada por poucos.

Este projeto é estruturado pelos povos indígenas, mas se encontra com os povos quilombolas e as comunidades tradicionais. Caminha com os movimentos de reforma agrária e com quem trabalha no campo ou na cidade. Dialoga com os movimentos negros e periféricos. Também se aproxima das organizações feministas e das juventudes. As lutas pelo clima e pela moradia integram essa construção. A educação popular e a comunicação fortalecem esse encontro.

Os ataques aos povos indígenas e quilombolas fazem parte de um mesmo projeto político. A violência contra comunidades tradicionais e periferias nasce dessa mesma lógica. Nossa resposta ganha força quando reúne experiências diferentes em torno de uma direção comum. A unidade reconhece cada trajetória e amplia a capacidade de transformação.

COMO CAMINHO DE TRANSFORMAÇÃO, CONVOCAMOS:

- Construir uma aliança entre povos indígenas e quilombolas. Comunidades tradicionais e movimentos do campo também fazem parte dessa força.
- Conectar os movimentos negros e periféricos. Fortalecer o encontro com organizações feministas e de juventude.
- Aproximar as lutas pelo clima e pela moradia. A educação e a saúde também integram esse projeto.
- Organizar comitês populares nos territórios e nas cidades. Esses espaços também podem nascer nos campos e nas florestas.
- Criar espaços permanentes de troca e construção política entre movimentos e comunidades.
- Promover intercâmbios nacionais e latino-americanos. O diálogo pode alcançar experiências de outros países.
- Fazer deste projeto uma prática viva nas ruas e nas aldeias. Também nas escolas e nas assembleias. A comunicação e a cultura ajudam a espalhar essa construção.

Exercer a governança dos povos por meio da organização coletiva da vida.





Compromissos urgentes para um Brasil soberano, democrático e com terra indígena demarcada e protegida

Esta seção apresenta as demandas e os compromissos urgentes que os povos indígenas dirigem aos três Poderes da República. Executivo, Legislativo e Judiciário têm responsabilidades distintas, mas compartilham uma obrigação histórica comum: proteger a Constituição Federal, garantir os direitos originários, demarcar e proteger os territórios indígenas e colocar a vida acima dos interesses econômicos que avançam sobre nossos povos, terras e futuros.

Um Brasil soberano exige Terras Indígenas demarcadas, protegidas e livres de espoliação.

Uma democracia verdadeira exige a participação efetiva dos povos nas decisões que afetam suas vidas, territórios e modos de existência.

Uma política climática legítima exige reconhecer os territórios indígenas como eixo central da proteção dos biomas, da justiça climática e do futuro do país.

Uma justiça comprometida com a Constituição exige reparar a demora histórica do Estado, garantir segurança jurídica aos povos indígenas e impedir que invasores sejam premiados pela violação de direitos.

Seguiremos mobilizados, atentos e em luta.

Nossos direitos não são concessão.
Nossos territórios não são mercadoria.
Nosso futuro não está à venda.

**NOSSO TERRITÓRIO, NOSSA VIDA.
A RESPOSTA SOMOS NÓS.**



Compromissos Estruturantes

Os povos indígenas afirmam que os três Poderes da República devem assumir, de forma coordenada e permanente, os seguintes compromissos estruturantes:

1. DEMARCAR TODAS AS TERRAS INDÍGENAS ATÉ 2030: Concluir a demarcação, homologação, proteção e desintrusão dos territórios indígenas, garantindo posse plena, proteção permanente e territórios livres de mineração, garimpo, agrotóxicos, transgênicos e exploração predatória.

2. GARANTIR CONSULTA E AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS: Nenhuma decisão sobre territórios, modos de vida, políticas públicas, obras, licenciamentos ou empreendimentos pode avançar sem consulta livre, prévia, informada e respeito aos protocolos autônomos dos povos indígenas.

3. TRANSFORMAR A POLÍTICA INDÍGENA EM POLÍTICA DE ESTADO: Consolidar, até 2027, estrutura institucional, orçamento adequado, metas, cronograma, transparência e governança permanente para as políticas indígenas, com participação efetiva das organizações indígenas.

4. PROTEGER A VIDA E GARANTIR BEM VIVER NOS TERRITÓRIOS: Assegurar segurança territorial, saúde indígena, saneamento, educação, moradia digna, proteção de lideranças, mulheres, juventudes, população LGBTQIA+ indígena e povos em contexto urbano.

5. COLOCAR AS TERRAS INDÍGENAS NO CENTRO DA POLÍTICA CLIMÁTICA: Reconhecer, desde 2026, a demarcação e proteção dos territórios indígenas como meta climática estruturante do Brasil, com orçamento, salvaguardas e participação indígena nos planos climáticos.

6. VEDAR TODAS AS FORMAS DE ESPOLIAÇÃO DOS TERRITÓRIOS: Declarar as Terras Indígenas como territórios livres de mineração, garimpo, grandes obras destrutivas, falsas soluções verdes, exploração energética predatória e mercado de carbono sem consentimento.

7. PROTEGER A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E OS DIREITOS ORIGINÁRIOS: Barrar o marco temporal em todas as suas formas — tese, lei, PEC ou interpretação institucional — e reconhecer que os direitos indígenas são originários, inalienáveis e não podem ser reduzidos por negociação política.

8. INTERROMPER A AGENDA ANTI-INDÍGENA NOS TRÊS PODERES: Impedir a tramitação, aprovação, implementação ou validação de medidas que ataquem os direitos indígenas no Executivo, Legislativo e Judiciário. Segurança jurídica é terra demarcada, povo vivo e direito respeitado.

9. GARANTIR MEMÓRIA, REPARAÇÃO E FUTURO: Instituir, até 2027, uma política nacional de memória, verdade e reparação aos povos indígenas, com Comissão Nacional Indígena da Verdade, proteção das línguas, educação indígena, cultura viva e mecanismos de não repetição.

10. AFIRMAR A LEGITIMIDADE DAS ORGANIZAÇÕES E BASES DO MOVIMENTO INDÍGENA NOS ESPAÇOS DE DECISÃO: Garantir que MPI, Funai, Sesai e demais estruturas estratégicas da política indígena mantenham diálogo permanente, consulta e validação com as organizações representativas, assembleias, coordenações, articulações regionais e bases territoriais do movimento indígena. A presença individual em espaços institucionais deve fortalecer — e nunca substituir — os processos coletivos de governança, decisão e representação dos povos.

Reivindicações ao Poder Executivo

1. DEMARCAÇÃO E PROTEÇÃO INTEGRAL DOS TERRITÓRIOS

A terra precisa ser tratada como núcleo organizador da política indígena do Estado. Sem demarcação, homologação, desintrusão e proteção territorial permanente, todo o restante perde sustentação.

REIVINDICAMOS:

- Publicação imediata do decreto de homologação da Terra Indígena Xucuru Kariri (AL).
- Publicação das portarias declaratórias pendentes, especialmente das 12 Terras Indígenas já encaminhadas ao Ministério da Justiça.
- Instituição de um Plano Nacional Permanente de Demarcação e Regularização Fundiária, com metas, cronograma, orçamento e transparência ativa, abrangendo todos os biomas e regiões do país.
- Garantia da posse plena e permanente de todas as Terras Indígenas, articulando demarcação, desintrusão, fiscalização e proteção territorial.
- Instituição de uma Política Nacional de Desintrusão de Terras Indígenas, com regulamentação própria, orçamento e participação indígena em sua formulação e governança.
- Implementação de um Plano Integrado de Proteção de Povos Isolados e de Recente Contato, com demarcação, fiscalização, monitoramento e barreiras etnoambientais.

Reivindicações ao Poder Executivo

2. CONSULTA, PARTICIPAÇÃO E AUTODETERMINAÇÃO

A relação entre Estado e povos indígenas não pode continuar baseada em tutela, escuta protocolar ou consulta esvaziada. Os povos indígenas são sujeitos políticos com direito de decisão sobre tudo aquilo que afeta seus territórios e modos de vida.

REIVINDICAMOS:

- Reconhecimento expresso da autoaplicabilidade da Convenção 169 da OIT, especialmente dos artigos 6º e 7º.
- Respeito integral aos protocolos autônomos de consulta elaborados pelos povos indígenas.
- Vedação de qualquer obra, empreendimento, programa, concessão, licenciamento ou medida administrativa apoiada pelo Executivo sem consulta livre, prévia e informada.
- Participação indígena efetiva na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de todas as políticas públicas que incidam sobre territórios, modos de vida e direitos dos povos indígenas.
- Instituição de programa nacional permanente de apoio técnico e financeiro à realização de oficinas e processos formativos voltados à elaboração, atualização e fortalecimento de protocolos autônomos de consulta, assegurado o protagonismo dos povos indígenas e respeitadas suas formas próprias de organização e tomada de decisão.

Reivindicações ao Poder Executivo

3. ESTRUTURA DE ESTADO, ORÇAMENTO E GOVERNANÇA PERMANENTE

A política indígena não pode depender de vontade ocasional, conjuntura favorável ou presença de pessoas aliadas em cargos-chave. Ela precisa se afirmar como política de Estado, com orçamento, institucionalidade e coordenação obrigatória.

REIVINDICAMOS:

- Fortalecimento institucional do Ministério dos Povos Indígenas, da Funai e da Sesai, com orçamento robusto, equipes, estrutura territorial e capacidade operacional compatíveis com as obrigações da União.
- Vinculação orçamentária plurianual para políticas indígenas estratégicas, impedindo descontinuidade administrativa.
- Criação de mecanismos permanentes de monitoramento, transparência e prestação de contas, com participação das organizações indígenas.
- Coordenação interministerial permanente, sob liderança política da Casa Civil, para garantir a execução integrada das políticas indígenas.
- Atuação coordenada do governo para interromper a agenda anti-indígena no Congresso, com ação pública da Casa Civil, SRI e lideranças governistas.





Reivindicações ao Poder Executivo

4. VIDA, SEGURANÇA E BEM VIVER NOS TERRITÓRIOS

A proteção dos territórios precisa caminhar junto com a proteção da vida. Garantir permanência, reprodução física e cultural, saúde, saneamento, segurança, moradia e dignidade é parte da responsabilidade do Estado com os povos indígenas.

REIVINDICAMOS:

- Instituição de uma política permanente de segurança pública e proteção territorial específica para os povos indígenas, culturalmente adequada e contínua, superando a lógica de operações episódicas.
- Reestruturação efetiva do PPDDH e criação de um Protocolo Nacional de Proteção Coletiva Indígena para comunidades e lideranças ameaçadas.
- Investigação, responsabilização e interrupção das cadeias econômicas e políticas que sustentam ameaças, ataques e assassinatos de lideranças indígenas.
- Fortalecimento do Subsistema de Saúde Indígena, com vedação à municipalização e a perspectivas de privatização, garantindo controle social efetivo.
- Implementação efetiva do Programa Nacional de Saneamento Indígena, com regulamentação final, orçamento robusto e execução territorial.
- Reconhecimento e incorporação da medicina tradicional indígena nas políticas públicas de saúde.
- Criação de políticas específicas para mulheres indígenas, com enfrentamento à violência e expansão das Casas da Mulher Indígena em todos os biomas.
- Implementação de políticas para juventude indígena, com permanência nos territórios, bolsas, saúde mental e participação institucional.
- Políticas intersetoriais de proteção integral da população indígena LGBTQIA+.
- Políticas específicas para indígenas em contexto urbano, enfrentando racismo, discriminação e vulnerabilidades.
- Reconhecimento profissional de agentes indígenas de saúde e de saneamento.

Reivindicações ao Poder Executivo

5. CLIMA, TRANSIÇÃO ECOLÓGICA E VEDAÇÃO À ESPOLIAÇÃO

Não existe política climática legítima, nem transição energética justa, se os territórios indígenas continuarem sendo tratados como fronteiras de sacrifício. Demarcar e proteger Terras Indígenas deve ser meta climática central do Brasil.

REIVINDICAMOS:

- Assunção formal da demarcação e proteção das Terras Indígenas como meta climática estruturante da política climática brasileira, no âmbito das NDC, do Plano Clima e das estratégias de mitigação e adaptação.
- Inclusão prioritária dos territórios indígenas nas estratégias de adaptação climática, com resposta às secas, segurança hídrica e tecnologias sociais de água.
- Participação efetiva dos povos indígenas no Plano de Transformação Ecológica, com consulta prévia e incorporação dos sistemas de conhecimento indígena.
- Implementação da Convenção de Minamata, com orçamento, participação indígena e recuperação integral de territórios contaminados por mercúrio.
- Declaração das Terras Indígenas como zonas livres de agrotóxicos e transgênicos.
- Declaração das Terras Indígenas como territórios livres de mineração.
- Política de descarbonização da matriz energética com salvaguardas obrigatórias para povos indígenas, incluindo consulta, EIA/RIMA, monitoramento e reparação integral.
- Medidas para eliminar os impactos da cadeia de produção e comercialização de commodities sobre os territórios indígenas, incluindo rastreabilidade e aplicabilidade de regulação internacional.

Reivindicações ao Poder Executivo

6. MEMÓRIA, REPARAÇÃO E FUTURO DOS POVOS

A política indígena não pode se limitar a conter danos. Ela precisa garantir continuidade histórica, memória, reparação e futuro para os povos, com base em autonomia, educação própria, cultura viva e justiça histórica.

REIVINDICAMOS:

- Financiamento integral da PNGATI como política de Estado, incluindo planos de gestão territorial e ambiental em todos os biomas, a partir de processos de consulta aos povos e organizações, com acesso direto a mecanismos de financiamento.
- Garantia de acesso ao crédito, assistência técnica diferenciada e instrumentos financeiros desburocratizados para fortalecer economias indígenas.
- Criação de uma Secretaria Específica de Educação Escolar Indígena no MEC. Implementação da Universidade Indígena, com gestão autônoma, currículo próprio e financiamento contínuo.
- Ampliação da educação escolar indígena, incluindo ensino médio, técnico, acesso e permanência no ensino superior e na pós-graduação.
- Implementação de um Plano Nacional de Culturas Indígenas, com foco em memória, reparação histórica, patrimônio, línguas, acervos, museus e proteção intelectual.
- Adaptação e expansão do Minha Casa, Minha Vida para povos indígenas, com moradia digna, sustentável e culturalmente adequada.
- Institucionalização da Comissão Nacional Indígena da Verdade, assegurando memória, verdade, reparação integral, não repetição e justiça para os povos indígenas.

Reivindicações ao Poder Legislativo

O Congresso Nacional precisa decidir de que lado está: da Constituição e do interesse público, ou dos interesses que transformam territórios indígenas em mercadoria. A atividade legislativa não pode ser usada para desconstituir direitos originários, legalizar violações, enfraquecer salvaguardas ambientais ou abrir Terras Indígenas à exploração econômica predatória.

REIVINDICAMOS:

1. Retirar de tramitação e arquivar definitivamente as Propostas de Emenda à Constituição que desconstitucionalizam os direitos indígenas, a exemplo da PEC 132/2015, PEC 48/2023, PEC 59/2023 e PEC 10/2024, tendo em vista que os direitos indígenas são cláusulas pétreas e não podem sofrer retrocessos nem mesmo por proposta de emenda à Constituição Federal.

2. Arquivar os Projetos de Decreto Legislativo que suspendem ou ameaçam direitos territoriais e institucionais dos povos indígenas, especialmente:

PDL 717/2024, referente à TI Morro dos Cavalos e à TI Toldo Imbu;

PDL 1121/2025, referente à TI Tupinambá de Olivença;

PDL 1126/2025, referente à TI Comexatibá;

PDL 1153/2025, referente à TI Ibirama-Laklãnõ;

PDL 51/2025, que enfraquece o poder de polícia da Funai.

3. Rejeitar projetos de lei que autorizam ou ampliam atividades econômicas em Terras Indígenas, em afronta ao usufruto exclusivo assegurado pela Constituição, a exemplo de:

PL 1331/2022, sobre garimpo em Terras Indígenas;

PL 2608/2026, sobre exploração mineral, de hidrocarbonetos e hidrelétricas em Terras Indígenas;

PL 6050/2023, sobre liberação ampla de atividades econômicas em Terras Indígenas;

PL 6093/2023, sobre alteração do rito demarcatório em favor de interesses do agronegócio;

PL 4039/2024, sobre criminalização das retomadas;

4. Interromper o genocídio legislado e aprovar projetos de lei que garantam direitos aos povos indígenas, especialmente:

PL 4347/2021, para tornar a PNGATI uma política de Estado;

PL 3514/2019, para reconhecer os Agentes Indígenas de Saúde e Agentes Indígenas de Saneamento no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

5. Ratificar o Acordo de Escazú pelo Estado brasileiro, comprometendo o Brasil internacionalmente com a defesa do meio ambiente e de seus defensores, com ampliação da transparência e da participação social nas decisões ambientais e climáticas.





Reivindicações ao Poder Judiciário

O Poder Judiciário tem papel decisivo na proteção da Constituição Federal de 1988 e dos direitos originários dos povos indígenas. A rejeição do marco temporal e de outras teses restritivas precisa produzir efeitos concretos na demarcação e na proteção das Terras Indígenas. Segurança jurídica, para os povos indígenas, não é proteção para invasores nem estabilidade para o mercado. Segurança jurídica é terra demarcada e protegida, povo vivo, cultura respeitada e direito garantido.

REIVINDICAMOS:

1. Realizar presencialmente o julgamento conjunto, já pautado em ambiente virtual, dos embargos no Recurso Extraordinário do Povo Xokleng e nas ações relativas à Lei nº 14.701/2023 (Lei do Marco Temporal), de modo a garantir debate público e efetiva participação dos povos indígenas, reafirmar o decidido no Tema 1.031 e revisar entendimentos que premiam invasores, transferem aos povos indígenas o ônus da demora estatal na demarcação, criminalizam retomadas, admitem desforço imediato, substituem o procedimento demarcatório por desapropriação por interesse social, equiparam indevidamente posse civil e posse indígena e ampliam as hipóteses de indenização pela terra nua.
2. Assegurar, no âmbito da Pet 9585, a desintrusão integral da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, com inclusão obrigatória da região do Burareiro, epicentro da invasão no território, garantindo a eliminação das ocupações ilegais e a proteção efetiva dos quatro grupos indígenas isolados ali existentes.
3. Garantir o acesso à justiça dos povos indígenas, por meio da obrigatoriedade de intérpretes de línguas maternas e da elaboração de laudo antropológico que considere o entendimento da comunidade indígena sobre a conduta imputada pela justiça criminal e observe os mecanismos próprios de julgamento e punição dos povos.
4. Assegurar que a atuação das Comissões de Soluções Fundiárias observe, de forma obrigatória, as Resoluções CNJ nº 510/2023 e nº 454/2022 em conflitos envolvendo povos indígenas, garantindo participação efetiva, intérpretes quando necessário, consideração de laudos antropológicos, reconhecimento das especificidades da posse tradicional indígena e da inexistência de território alternativo como solução legítima.

Reivindicações ao Poder Judiciário

REIVINDICAMOS:

5. Determinar, no âmbito da ADPF 991, a imediata desintrusão da Terra Indígena Cachoeira Seca e a criação de Sala de Situação para monitorar ações do Estado brasileiro voltadas à proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato.

6. Promover a reestruturação do FONEPI como espaço estratégico de interlocução entre o sistema de justiça e os povos indígenas, com ampliação da participação efetiva das organizações indígenas em sua composição e funcionamento, além da contratação de assessoria jurídica indígena para integrar os quadros do FONEPI e do CNJ.

7. Realizar mutirões periódicos no âmbito do Poder Judiciário para revisão das situações de indígenas encarcerados, assegurando garantias processuais e penais específicas, aplicação efetiva das Resoluções nº 287/2019 e nº 454/2022 do CNJ, perícia antropológica, presença de intérpretes e priorização de medidas alternativas à prisão.

8. Fortalecer a atuação da Unidade de Monitoramento e Fiscalização das Decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos do CNJ e das UMFs locais nos Tribunais de Justiça, assegurando tradução das decisões para o português e para línguas indígenas, especialmente em relação aos povos beneficiários de medidas cautelares e provisórias, e articulação com órgãos competentes para proteção de lideranças ameaçadas.





Nossa união e reconstrução

Este projeto começa com os povos indígenas, mas pertence a todas as pessoas comprometidas com a construção de um Brasil que coloque a vida no centro das decisões.

Nosso Território, Nossa Vida não termina neste documento. Ele segue nos territórios, nas mobilizações, nas organizações populares e nos espaços onde o futuro do país é disputado todos os dias.

Cada um dos eixos apresentados aqui surge das experiências construídas pelos povos indígenas e dialoga com desafios que atravessam toda a sociedade brasileira. Eles oferecem uma direção para fortalecer a democracia, proteger os territórios e reorganizar a relação entre o país e a vida.

Esse caminho depende de alianças.

Chamamos os povos indígenas, os povos quilombolas, as comunidades tradicionais, os movimentos de luta pela terra, os trabalhadores do campo e da cidade, os movimentos negros, as organizações populares, as juventudes, as mulheres e todas as pessoas comprometidas com a democracia a construir este projeto conosco.

Convidamos as organizações políticas, os mandatos populares e os governos comprometidos com esse horizonte a reconhecerem que a defesa dos territórios precisa ocupar um lugar central na construção do país. Representar também significa construir decisões junto aos povos e manter compromisso permanente com as comunidades que sustentam essa luta.

Este documento é elaborado durante o processo eleitoral de 2026, mas seu compromisso não se limita às eleições.

Nosso desafio é fortalecer uma construção permanente, capaz de ampliar a participação popular, formar novas lideranças, consolidar alianças entre os movimentos e disputar os rumos do Brasil para além dos calendários eleitorais.



Queremos que este projeto circule pelas aldeias, quilombos, assentamentos, periferias, sindicatos, escolas, universidades, comunidades, partidos, coletivos e espaços de organização popular.

Queremos que ele seja debatido para ser ampliado e fortalecido por quem compartilha desse compromisso.

Nosso Território, Nossa Vida permanece aberto porque um projeto de país também se constrói no encontro entre diferentes experiências de luta.

Seguimos porque sabemos que proteger os territórios significa proteger o futuro.

Seguimos porque a democracia se fortalece quando os povos participam das decisões.

Seguimos porque outro Brasil já existe onde a vida organiza o território e orienta as relações entre as pessoas.

É esse Brasil que queremos construir.

Nosso Território, Nossa Vida é o convite para caminhar nessa direção.





Nosso Território Nossa Vida

